

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.713.831 - PR (2017/0312301-4)

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : GISLAINE MARIA COBIANCHI  
**ADVOGADOS** : DECIO SCARAVAGLIONI - RS022910  
DAISSON SILVA PORTANOVA - RS025037  
ISABEL CRISTINA TRAPP FERREIRA - RS022998  
MELQUIADES ARCOVERDE CAVALCANTI - PR024372  
**RECORRIDO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**INTERES.** : JOAO PEDRO COBIANCHI BUENO  
**INTERES.** : ANA LUIZA COBIANCHI BUENO  
**INTERES.** : ANA MARIA COBIANCHI BUENO  
**ADVOGADO** : MELQUIADES ARCOVERDE CAVALCANTI - PR024372  
**INTERES.** : JESSIKA SIQUEIRA BUENO  
**ADVOGADO** : ADRIANO SANDRO DE LIMA - PR034157

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Gislaine Maria Cobianchi, com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 1.252):

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO À LITERAL DISPOSIÇÃO. DE LEI. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO. EXERCENTE DE CARGO MUNICIPAL.

1. A ação rescisória configura ação autônoma, de natureza constitutivo-negativa, que visa desconstituir decisão com trânsito em julgado, com hipóteses de cabimento *numerus clausus*, não admitindo interpretação analógica ou extensiva. Como medida excepcional que é, não serve como novo grau recursal, para análise da justiça ou injustiça do julgado, da adequada ou inadequada apreciação da prova.
2. O art. 485, V, do CPC, que autoriza a rescisão de julgado por ofensa à literal disposição de lei, somente é aplicável quando a interpretação dada seja flagrantemente destoante da exata e rigorosa expressão do dispositivo legal.
3. Incide em violação ao art. 195, II, da Constituição, a decisão de acordo com a qual o vereador falecido em julho de 1998 mantinha qualidade de segurado obrigatório, visto que o art. 13, §1º, da Lei nº 9506-97 foi declarado inconstitucional em decisão plenária do Supremo Tribunal Federal (RE nº 351.717 -7 -PR, j. 08-10-03).
4. Em juízo rescisório, declara-se indevido o benefício de pensão por Morte a seus sucessores.
5. Ação rescisória julgada procedente.

Os embargos de declaração (e-STJ, fls. 1.254-1.263) tiveram provimento

# *Superior Tribunal de Justiça*

negado, nos termos da decisão de fls. 1.319-1.326 (e-STJ).

Alega a insurgente, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 16, I, 55, IV, e 75 da Lei n. 8.213/1991.

Sustenta, ainda, divergência jurisprudencial (e-STJ, fls. 1.348-1.351):

Na Apelação/Reexame Necessário 2005.38.00.029764-8 (1º paradigma), o TRF-1 expressou, tendo presente a declaração de inconstitucionalidade, que [...]

O dissenso na interpretação do art. 55 IV não pode ser mais claro. Enquanto o acórdão recorrido contém entendimento de que o tempo de exercício de mandato eletivo de vereador anterior à Lei 10.887 de 2004 não é computável nem mediante recolhimento de contribuições, o acórdão paradigma afirma que o período em que o segurado do Regime Geral de Previdência Social exerceu tal mandato antes da referida lei é computável independente de contribuição.

Enquanto o acórdão recorrido entende vedados a arrecadação e recolhimento pelo município, somente considerando aceitável contribuições recolhidas pelo próprio segurado na época própria, o acórdão paradigma, mesmo à luz da declaração da inconstitucionalidade do art. 12, I, *h*, da Lei nº 8212-91 introduzido pelo art. 13 §1º da Lei nº 9506-97, diz ser do município a responsabilidade por tais contribuições em período anterior a tal declaração (ocorrida em 2003).

[...]

Verifica-se também divergência face a entendimento do TRF-5 quanto à configuração da qualidade de segurado (art. 75 da Lei 8.213).

Na Apelação Cível 506848 -RN (2º paradigma), o TRF-5 assim se pronunciou:

[...]

É cristalina a divergência, posto que enquanto o TRF-4 (acórdão recorrido) entende que "a confissão de dívida firmada, em 1999, pelo município de Cornélio Procopio, em nada modifica a situação, visto que o de cujus, na condição de vereador, não podia ser equiparado a segurado empregado", o TRF-5 (acórdão paradigma) considera que se "o autor, de igual modo, comprovou o desempenho dos mandatos eletivos de vereador durante os lapsos de 03.07.2000 a 01.06.2001, 01.01.2002 a 01.02.2004 e 01.06.2005 a 28.05.2006, com as contribuições respectivas, inclusive, às relativas aos períodos em que ostentava a condição de segurado facultativo, ou seja, nos períodos anteriores ao advento da Lei nº 10.887/04", reconhece-se, para fins previdenciários, o "tempo de contribuição na função de vereador a partir de 03/07/2000 até 01/06/2001, 01/01/2002 até 01/02/2004".

Ou seja: o TRF-5 (paradigma) entende configurada a qualidade de segurado (com o consequente direito à sua consideração para fins de concessão de benefícios) pelos recolhimentos verificados no bojo de acordo de parcelamento; o TRF-4 (recorrido), não. Em consequência, o TRF-5 considera computáveis, para fins prevjdenciários, as contribuições recolhidas mediante parcelamento (que pressupõe confissão de dívida) entre o município e o INSS; o TRF-4 não.

# Superior Tribunal de Justiça

Sem contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fl. 1395), subiram os autos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Verifica-se que o Tribunal de origem não reconheceu a contagem do tempo de serviço, bem como não considerou a condição de qualidade de segurado obrigatório sob a seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 1.237-1.239):

Como relatado, a controvérsia, no feito originário, dizia respeito, precipuamente, à qualidade de segurado do *de cujus*, tendo-se em conta que, até 21-07-98, data do óbito, ele exerceu mandato de vereador no município de Cornélio Procópio-PR. Confirmando a sentença, o acórdão rescindendo julgou comprovada a qualidade de segurado, ao verificar que o município em questão havia regularizado a situação de seus vereadores no ano de 2001, ao indenizar as respectivas contribuições previdenciárias mediante confissão de dívida (fl. 54- 61).

O autor entende, todavia, que a decisão violou o disposto no art. 195, II, da Constituição da República, à luz do qual o art. 13, §1º, da Lei nº 9506-97, que instituiu contribuição social sobre o subsídio dos agentes políticos, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

De fato, em sessão plenária realizada em 08-10-03, o Supremo Tribunal Federal, julgando o RE nº. 351.717-1-PR, declarou a inconstitucionalidade do art. 12, I, *h*, da Lei nº 8212-91, introduzido pela Lei nº 9506-97. O precedente em questão restou assim ementado:

[...]

Cumprir registrar que o Decreto nº 83.080-79 (CLPS) não incluía em seu rol de segurados obrigatórios a figura do exercente de mandato eletivo municipal, nem federal, estadual ou distrital - o mesmo podendo dizer-se da Lei nº 8213-91, que não os contemplava nessa condição. A situação foi, em princípio, alterada em 1997, com o advento da Lei nº 9506, mas, como se viu, ela foi declarada inconstitucional nesse ponto. Nessa linha, aliás, o Senado Federal editou a Resolução nº 26-05, suspendendo a execução alínea *h* do artigo 11 da Lei nº 8213-91.

A questão atinente à vinculação previdenciária dos detentores de mandato eletivo e a consequente responsabilidade pelo recolhimento da exação correspondente só veio a ser regularizada com a edição da Lei nº 10.887-04, que, em conformidade com a Constituição Federal, instituiu validamente a contribuição previdenciária sobre os subsídios dos detentores de mandato eletivo federal, estadual ou municipal.

Como se verifica dos autos, o de cujus exerceu mandato na Câmara Municipal de Cornélio Procópio entre 01-01-97 e 21-07-98 (fl. 53), período em que, à luz da legislação então vigente, conforme interpretação do Supremo Tribunal Federal, o vereador não era considerado segurado obrigatório.

Cabe ressaltar que o inciso IV do art. 55 da Lei nº 8213/91, desde a sua redação original, admite a possibilidade de reconhecimento do tempo de Serviço referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O cômputo de tal atividade como tempo de serviço exigia, todavia, que fossem efetuadas as respectivas contribuições previdenciárias, na condição de segurado facultativo.

Nesse contexto, a confissão de dívida firmada, em 1999, pelo município de Cornélio Procopio, em nada modifica a situação, visto que o de cujus, na condição de vereador, não podia ser equiparado a segurado empregado, hipótese em que a responsabilidade pelos recolhimentos é da empresa.

Portanto, ao julgar comprovada a qualidade de segurado do falecido, o acórdão rescindendo, violou a literal disposição dos dispositivos invocados pelo autor, estando caracterizada a hipótese de rescisão do julgado.

Observe-se que o acórdão recorrido decidiu pela condição de segurado facultativo do falecido, no período anterior à vigência da Lei n. 10.887/2004.

Nesse sentido, o seguinte precedente:

PREVIDENCIÁRIO. AGENTE POLÍTICO. PREFEITO. SEGURADO FACULTATIVO ATÉ A VIGÊNCIA DA LEI 10.887/2004. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. CÔMPUTO DE TEMPO. INVIABILIDADE.

1. O regime previdenciário estabelece, como beneficiários do regime geral de previdência social, os segurados obrigatórios ou facultativos, bem como seus dependentes.

2. São segurados obrigatórios aqueles filiados ao sistema de forma compulsória, por força de previsão expressa da lei, exercendo atividade remunerada. Tem caráter compulsório, uma vez que independe da vontade do beneficiário a sua inscrição no sistema.

3. Na vigência do Decreto 83.080/79 (RBPS), do Decreto 89.312/84 (CLPS) e da Lei 8.213/91 (LBPS) na redação original, os prefeitos, assim como os titulares de mandatos congêneres, não eram obrigatoriamente filiados ao Regime Geral de Previdência, alteração efetivada tão somente com a Lei 10.887/2004, porquanto alinhada aos ditames da Emenda Constitucional 20/98, que fez incluir a letra "j" no inciso I do art. 11 da Lei de Benefícios.

4. Assim, aquele que não é segurado obrigatório somente pode ter reconhecida a sua filiação à previdência social na modalidade facultativa, sendo imprescindível o efetivo recolhimento de contribuições para fins de contagem de tempo previdenciário.

5. Não efetivado nenhum recolhimento atinente ao período pretendido, inviável a pretensão de averbá-lo para fins de considerar tempo de contribuição para fins de aposentadoria.

Recurso especial improvido.

(REsp 1.493.738/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/8/2015, DJe de 25/8/2015)

Dessa forma, a Corte de origem concluiu pela impossibilidade de reconhecimento do período postulado, devido à ausência de recolhimento de contribuição no tempo apropriado, tendo em vista a condição de segurado facultativo à época.

A jurisprudência deste Tribunal Superior consolidou entendimento de que não cabe o recolhimento pós-morte de contribuições para regularizar

situação previdenciária.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PENSÃO POR MORTE. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO PELO PRÓPRIO CONTRIBUINTE. RECOLHIMENTO PELOS DEPENDENTES APÓS O ÓBITO. IMPOSSIBILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO FUNDAMENTADA NAS SÚMULAS 83 E 568/STJ (PRECEDENTE JULGADO SOB O REGIME DA REPERCUSSÃO GERAL, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS OU QUANDO HÁ JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA SOBRE O TEMA). MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. CABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - Esta Corte firmou entendimento no sentido da necessidade de recolhimento das contribuições previdenciárias pelo próprio contribuinte individual para que seus dependentes possam receber o benefício de pensão por morte, não se admitindo a regularização do recolhimento das contribuições post mortem.

III - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Honorários recursais. Não cabimento. V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação.

VI - Considera-se manifestamente improcedente e enseja a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 nos casos em que o Agravo Interno foi interposto contra decisão fundamentada em precedente julgado sob o regime da Repercussão Geral, sob o rito dos Recursos Repetitivos ou quando há jurisprudência pacífica de ambas as Turmas da 1ª Seção acerca do tema (Súmulas ns. 83 e 568/STJ).

VII - Agravo Interno improvido, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.

(AgInt no REsp 1.568.139/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/5/2018, DJe de 23/5/2018)

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PERDA DA

QUALIDADE DE SEGURADO. RECOLHIMENTO *POST MORTEM*. IMPOSSIBILIDADE.

1. O benefício da pensão por morte é devido ao conjunto de dependentes do segurado que falecer, desde que exista a qualidade de segurado do instituidor ao tempo do óbito. Portanto, ancorando na jurisprudência deste Tribunal, é possível afirmar que os requisitos essenciais para a concessão do benefício de pensão por morte são: evento morte, qualidade de segurado e comprovação da qualidade de dependente.

2. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que a perda da qualidade de segurado importa na impossibilidade da concessão do benefício de pensão por morte por falta um dos requisitos indispensáveis, sendo inviável a regularização do recolhimento das contribuições *post mortem*.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.384.894/PR, Rel. Min. CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/9/2013, Dje 19/9/2013)

Ademais, observa-se a flagrante ausência de similitude jurídica entre os arestos citados como paradigma e o recorrido. Enquanto o recorrido trata de segurado facultativo, o paradigma refere-se a segurado obrigatório.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. [...] REVISÃO DE MATÉRIA PROBATÓRIA E EXAME DE LEI LOCAL. NÃO CABIMENTO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. CONDENAÇÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

[...]

5. Não cabe a esta Corte, no julgamento de recurso especial, a análise de lei local, em atenção ao estabelecido na Súmula 280/STF, ou o exame de matéria constitucional, cuja competência é reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 102, inciso III, da Carta Magna.

6. Para a comprovação da divergência jurisprudencial deve a parte recorrente evidenciar a existência de similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados, nos termos do artigo 255, § 2º, do RISTJ.

[...]

8. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.500.980/RS, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/3/2015, DJe de 24/3/2015)

PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS. MATÉRIA EXCLUSIVA DE DIREITO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INSUFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. A apontada divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham

# Superior Tribunal de Justiça

os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c", III, do art. 105 da Constituição Federal.

2. Além disso, é impossível realizar o confronto dos acórdãos trazidos como paradigmas, sem que se especifique a lei contrariada pelo julgado recorrido.

3. Quanto à violação à Lei 8.880/1994, vejo que não é possível examiná-la, pois não foram indicados os dispositivos legais que teriam sido violados. Portanto, está caracterizada a deficiência na fundamentação do recurso. Dessa forma, sua pretensão esbarra no óbice da Súmula 284/STF.

4. Para que o julgador use a faculdade prevista no artigo 285-A do CPC, exige-se que a matéria controvertida seja exclusivamente de direito, que no juízo já tenha sido proferida sentença de total improcedência em casos idênticos, e que o respectivo teor seja reproduzido na novel decisão. No caso *sub judice* o Tribunal local atendeu todos os requisitos necessários para a aplicação da norma jurídica.

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp n. 1.656.510/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/4/2017, DJe 8/5/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator